

## ⇒ PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:

### Defesa do Consumidor:

**APROVADO** na Comissão de Constituição e Justiça o parecer contrário do relator, deputado Luiz Paulo às emendas de plenário ao Projeto de Lei nº 2074/2016, de autoria do deputado Waldeck Carneiro, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos valores originais e promocionais de produtos comercializados de forma direta ao consumidor”.

### Meio Ambiente:

**APROVADO** na Comissão de Trabalho Legislação Social e Seguridade Social o parecer da relatora, deputada Mônica Francisco, ao Projeto de Lei nº 592/2011, de autoria dos deputados Bernardo Rossi e Samuel Malafaia, que “Obriga as empresas potencialmente poluidoras, localizadas no âmbito do estado do Rio de Janeiro, a contratarem pelo menos um responsável técnico ambiental”, favorável, com a emenda nº1 da Comissão de Defesa do Meio Ambiente e com as emendas da Comissão de Saneamento Ambiental.

**APROVADO** na Comissão de Defesa do Meio Ambiente o parecer favorável do relator, deputado Jorge Felipe Neto, ao Projeto de Lei nº 1953/2013, de autoria do deputado Luiz Paulo, que “Dispõe sobre a reposição florestal no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências”.

**APROVADO** na Comissão de Defesa do Meio Ambiente o parecer do relator, deputado Jorge Felipe Neto, ao Projeto de Lei nº 2176/2016, de autoria do deputado Marcos Muller, que “Proíbe a queima de pneus e outros objetos correlatos que causem prejuízos à saúde e ao meio ambiente, principalmente em manifestações públicas em qualquer lugar no estado do Rio de Janeiro” favorável, com as emendas da Comissão De Constituição e Justiça.

## Saúde:

**APROVADO** na Comissão de Defesa do Meio Ambiente o parecer do relator, deputado Brazão, à emenda de plenário do Projeto de Lei nº 1072/2015, de autoria do deputado Flávio Serafini, que “Dispõe sobre a permissão para a visita de animais domésticos e de estimação em hospitais privados, públicos, conveniados e cadastrados no sistema único de saúde (SUS) no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências”, **parecer contrário**.

## Responsabilidade Social:

**APROVADO** na Comissão de Trabalho, Legislação Social e Seguridade Social o parecer favorável da relatora, Mônica Francisco, à emenda de plenário ao Projeto de Lei nº 2163/2016, de autoria do deputado Jorge Felipe Neto, que “Determina a obrigatoriedade de apresentação de Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS para organizações sociais que firmarem contrato, convênio ou instrumento congênere com o estado do Rio de Janeiro”.

## Educação:

**APROVADO** na Comissão de Defesa do Meio Ambiente o parecer favorável do relator, deputado Jorge Felipe Neto, ao Projeto de Lei nº 11/2019, de autoria do deputado Márcio Canella, para “Criar o programa 'reciclar e pensar' em toda a rede pública e privada de ensino na forma que menciona”.

**APROVADO** na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Luiz Paulo as emendas ao Projeto de Lei nº 598/2019, de autoria da deputada Lucinha, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade do programa educacional permanente de resistência às drogas e à violência nas escolas públicas e privadas”, **favorável com subemenda às emendas n.ºs 01 e 03; contrário às emendas n.ºs 02, 04, 05 e 06 concluindo por substitutivo**

## Economia:

**APROVADO** na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Márcio Pacheco, ao Projeto de Lei nº 414/2019, de autoria dos deputados André Ceciliano e Carlos Minc, que “Dispõe sobre a transparência acerca da dívida ativa do estado do Rio de Janeiro”, **pela constitucionalidade com emendas**.

### Segurança Pública:

**APROVADO** na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Márcio Pacheco, ao Projeto de Lei nº 1918/2016, de autoria do deputado André Ceciliano, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de cobertura por lona de todos os vagões de carga que trafeguem por dois ou mais municípios do estado do Rio de Janeiro”, **pela anexação deste ao PL 271/2014.**

### Cultura:

**APROVADO** na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Márcio Pacheco, ao Projeto de Lei nº 335/2019, de autoria da deputada Martha Rocha, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de reserva de assento ao acompanhante da pessoa com deficiência em teatros, cinemas, salas e casas de shows e espetáculos, em geral, no âmbito do estado do Rio de Janeiro”, **pela prejudicabilidade.**

### Indústria Automobilística:

**APROVADO** na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Dr. Serginho, ao Projeto de Lei nº 3795/2018, de autoria do deputado Rosenverg Reis, que “Dispõe sobre as revisões de veículo automotor fora das oficinas credenciadas ou autorizadas pelo fabricante”, **contrário às emendas 01 e 02.**

**APROVADO** na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Carlos Minc, às emendas de plenário ao Projeto de Lei nº 719/2015, de autoria dos deputados Zaqueu Teixeira e Dionísio Lins que “Dispõe a obrigatoriedade de garantia mínima de 3 (três) anos sobre os veículos novos fabricados, comercializados ou importados no âmbito do estado do Rio de Janeiro”, **favorável às emendas nºs 01, 02, 03, 06 e 08 contrários às emendas nºs 04, 05 e 07.**

### Indústria da Construção Civil:

**APROVADO** na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Carlos Minc, ao Projeto de Lei nº 664/2015, de autoria dos deputados Lucinha e outros, que “Dispõe sobre o plantio obrigatório de árvores em novos empreendimentos imobiliários, públicos ou privados, comerciais ou industriais, no estado do Rio de Janeiro”, **pela constitucionalidade.**

**APROVADO** na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Jorge Felipe Neto, ao Projeto de Lei nº 4160/2018, de autoria da deputada Zeidan Lula, que “Dispõe sobre a criação de sistema informatizado com dados sobre os beneficiários de programas de construção de moradias de interesse social no âmbito do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências”, **pela constitucionalidade.**

**APROVADO** na Comissão de Defesa do Meio Ambiente o parecer do relator, deputado Thiago Pampolha ao Projeto de Lei nº 326/2015, de autoria do relator deputado Filipe Soares, que “Obriga empresas projetistas e de construção civil a prover os empreendimentos que especifica de dispositivos para dispensa dos óleos vegetal ou animal e gorduras de uso culinário”, **favorável com emenda**.

**APROVADO** na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Max Lemos, ao Projeto de Lei nº 3065/2017, de autoria da deputada Zeidan, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da adequação às normas de conforto ambiental dispostas na NBR 15220-3 em todos os programas de construção de moradias do poder executivo do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências”, **pela constitucionalidade**.

### **Indústria Audiovisual:**

**APROVADO** na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Márcio Pacheco, ao Projeto de Lei nº 1269/2015, de autoria do deputado Marcos Muller, que “Dispõe sobre a exibição de esclarecimentos, em forma de campanha publicitária, sobre os malefícios do uso de drogas ilícitas e prejuízos relativos ao abuso de drogas lícitas, nas salas de cinema e similares em todo estado do Rio de Janeiro e dá outras providências”, **pela prejudicabilidade**.

### **Energia Elétrica:**

**APROVADO** na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Márcio Pacheco, ao Projeto de Lei nº 184/2019, de autoria do deputado Chico Machado, que “Estabelece a obrigatoriedade de instalação de gerador de energia elétrica próprio em hotéis, apart-hotéis e pousadas no âmbito do estado do Rio de Janeiro”, **pela inconstitucionalidade**.

**APROVADO** na Comissão de Defesa do Meio Ambiente o parecer favorável do deputado Jorge Felipe Neto, ao Projeto de Lei nº 2432/2017, de autoria do ex-deputado Átila Nunes, que “Altera a lei nº 3.770, de 07 de janeiro de 2002, para criar o programa de incentivo à utilização e aproveitamento de energia limpa, na forma que menciona”.

### **Interesse Geral:**

**APROVADO** na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator Jorge Felipe Neto, ao Projeto de Lei nº 1599/2016, de autoria da deputada Martha Rocha, que “Dispõe sobre a instalação de câmeras de vídeo e o armazenamento de imagens nos estabelecimentos empresariais”, **pela constitucionalidade**.

**APROVADO** na Comissão de Orçamento Finanças Fiscalização Financeira e Controle, o parecer favorável do relator, deputado Rodrigo Amorim, ao Projeto de Lei nº 145/2019, de autoria do deputado Waldeck Carneiro, que “Estabelece critérios de fiscalização das empresas de segurança privada no estado do Rio de Janeiro, na forma que menciona”.

**APROVADO** na Comissão de Defesa do Meio Ambiente o parecer do relator, deputado Thiago Pampolha ao Projeto de Lei nº 3458/2017, de autoria do então deputado Figueiredo, que “Institui a Política Estadual de Promoção da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) como diretriz de políticas públicas no âmbito do estado do Rio de Janeiro, cria Conselho Estadual De Desenvolvimento Sustentável e dá outras providências”, favorável com as emendas da comissão de Constituição e Justiça

### **Produto Orgânico:**

**APROVADO** na Comissão de Trabalho Legislação Social e Seguridade Social o parecer favorável da relatora, deputada Mônica Francisco, ao Projeto de Lei nº 4307/2018, de autoria da deputada Martha Rocha, que “Institui o programa estadual de desenvolvimento de produção artesanal e orgânica no estado do Rio de Janeiro”.

### **Indústria Pesqueira:**

**APROVADO** na Comissão de Defesa do Meio Ambiente, o parecer do relator, deputado Carlos Minc, ao Projeto de Lei 210/2011, de autoria dos deputados Sabino e Samuel Malafaia, que “Institui o “Fundo de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura - FUNDEPA”, favorável, com o substitutivo da comissão de agricultura, pecuária e políticas rural, agrária e pesqueira”.

### **Indústria de Aplicativos de Mapas**

**APROVADO** na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Jorge Felipe Neto, ao Projeto de Lei nº 2638/2017, de autoria da deputada Martha Rocha, que “Obriga as empresas desenvolvedoras de aplicativos de mapas, navegação e/ou trânsito a notificar, ao usuário, os pontos turísticos e localidades importantes”, pela inconstitucionalidade.

### **Indústria de Brinquedos Eletrônicos**

**APROVADO** na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Max Lemos, ao Projeto de Lei nº 3094/2017, de autoria do deputado Marcos Muller, que “Dispõe sobre a proibição da venda de aparelhos “*handspinner*” que não estejam identificados com o selo do INMETRO, no estado do Rio de Janeiro”, pela constitucionalidade.

## Indústria Naval

**APROVADO** na Comissão de Defesa do Meio Ambiente o parecer favorável do relator, deputado Flávio Serafini, ao Projeto de Lei nº 4384/2018, de autoria do deputado André Lazaroni, que "Altera a lei estadual número 7.987, de 13 de junho de 2018, que estabelece o uso eficiente da água nos estaleiros e nas edificações que especifica situada no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências".

⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:

Sessão extraordinária  
02/07/2019

### 1ª SESSÃO - 14h30

#### 1ª DISCUSSÃO:

**APROVADO** o Projeto de Lei nº 414/2019, de autoria dos deputados André Ceciliano e Carlos Minc, que "Dispõe sobre a transparência acerca da dívida ativa do estado do Rio de Janeiro", nas comissões de: Constituição e Justiça (apresentou emendas); Economia, Tributação, e de Orçamento. **Aprovado o parecer da CCJ. O PL vai à redação do vencido para 2ª discussão.**

Redação do vencido

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/8c298c04ff00c3628325842c006b4900?OpenDocument>

### 3ª SESSÃO - 14H50

#### REGIME DE URGÊNCIA DISCUSSÃO ÚNICA

**APROVADO**, na forma do substitutivo apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Lei nº 370/2019, de autoria do deputado André Ceciliano, que "Dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários por pessoas jurídicas em recuperação judicial e dá outras providências". **O substitutivo aprovado vai a autógrafo.**

Texto do autógrafo

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/e96791c054eb988a832583de005ab829?OpenDocument&Highlight=0,370%2F2019>

Sessão Ordinária - 15hs

## ANÁLISE DE VETOS:

**DERRUBADO** → VETO TOTAL - PL 3428-A/17, de autoria do Deputado Wagner Montes, que torna obrigatório aos estabelecimentos bancários divulgar, às pessoas físicas, o direito de opção das contas dos tipos corrente, poupança e digital, com rol de serviços essenciais, sem cobrança de tarifas, no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Vai à promulgação.

**DERRUBADO** → VETO TOTAL - PL 2596-A/2013, de autoria do Deputado Paulo Ramos, que ALTERA A LEI Nº 2.772, DE 25 DE AGOSTO DE 1997, que dispõe sobre o peso máximo tolerável do material escolar transportado diariamente por alunos do pré-escolar e 1º grau da rede escolar pública e privada do estado do Rio de Janeiro.

**DERRUBADO** → VETO TOTAL - PL 1874/2012 de autoria do Deputado Ricardo Abrão, que autoriza o poder executivo a construir e implantar hospital estadual no município de mesquita.

**RETIRADO DE PAUTA** → VETO TOTAL PL 4378/2018 de autoria do Deputado André Lazaroni, que regulamenta os procedimentos para apresentação e análise das prestações de contas pertinentes a aplicação de recursos em projetos culturais a que se refere à Lei Estadual nº 7.035, de 07 de julho de 2015, no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

## REGIME DE URGÊNCIA DISCUSSÃO ÚNICA

**APROVADO**, na forma do substitutivo da CCJ, o **Projeto de Lei nº 598/2019**, de autoria da deputada Lucinha, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade do programa educacional permanente de “resistência às drogas e à violência nas escolas públicas e privadas”, em todo estado do Rio de Janeiro”. O texto aprovado vai a autógrafo.

Sessão Extraordinária  
Dia: 03/07/19

**HORA: 14:45**

## REGIME DE URGÊNCIA/ DISCUSSÃO ÚNICA

**APROVADO** o **Projeto de Lei nº 855/2019**, de autoria dos deputados André Ceciliano e Alexadre Knoploch, que “Ratifica o disposto no Decreto Estadual nº 46.409, de 30 de

agosto de 2018”. A Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer com emendas, concluído por substitutivo, e as Comissões de Economia, Tributação, e de Orçamento votaram com o substitutivo da CCJ. **O substitutivo aprovado vai a autógrafo.**

**Texto encaminhado a autógrafo - prazo para sanção/veto: 29/07/19**

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/aa41052077cb0c658325842d0072ce04?OpenDocument>

**HORA: 14:50**

## **REGIME DE URGÊNCIA/ DISCUSSÃO ÚNICA**

**APROVADO: Projeto de Lei 844/2019**, de autoria do Poder Executivo, que “Altera dispositivo da lei nº 4.177/03, que “Dispõe sobre concessão de benefícios fiscais para o **setor de agronegócio** e da agricultura familiar fluminense”. O PL foi apreciado, em regime de urgência, na sessão plenária do dia 02/07/19, sendo aprovado nas Comissões de Constituição e Justiça, Agricultura, Economia, Tributação e de Orçamento que emitiram pareceres favoráveis ao PL. Na ocasião foram apresentadas 11 emendas. (analisadas no Colégio de Líderes do dia 03/07/19). O PL retornou a pauta em 03/07/19 - análise das emendas de plenário. Resultado: Aprovado o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, a saber: favorável com subemenda à emenda n.º 01, favorável com subemenda à emenda n.º 02, favorável com subemenda à emenda n.º 03, favorável com subemenda à emenda n.º 08, favorável com subemenda aglutinativa às emendas n.ºs 04, 05, 06, 07 e 12, contrário as emendas n.ºs 09, 10 e 11, concluindo por substitutivo. **O substitutivo aprovado vai a autógrafo.**

Texto do substitutivo aprovado:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/fc4ea8fb89bff4358325842c007a281b?OpenDocument>

**APROVADO: Projeto de Lei 845/2019**, de autoria do Poder Executivo, que “Institui regime diferenciado de tributação para o **setor de joalheria**, ourivesaria e bijuteria”. O PL foi apreciado, em regime de urgência, na sessão plenária do dia 02/07/19, sendo aprovado nas Comissões de Constituição e Justiça, Economia, Tributação e de Orçamento, na ocasião foram apresentadas 10 emendas. (analisadas no Colégio de Líderes do dia 03/07/19). O PL retornou a pauta em 03/07/19 - análise das emendas de plenário. Resultado: Aprovado o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, a saber: favorável às emendas n.ºs 03, 05 e 08, favorável com subemenda à emenda n.ºs 02, favorável com subemenda à emenda n.ºs 06, contrário às emendas n.ºs 01, 04, 07, 09 e 10, concluindo por substitutivo. **O substitutivo aprovado vai a autógrafo.**

**Texto encaminhado a autógrafo - prazo para sanção/veto: 29/07/19**

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/230d2655759c971c8325842d0074febf?OpenDocument>

## **2ª SESSÃO - 14H55**

### **EM REGIME DE URGÊNCIA EM DISCUSSÃO ÚNICA**

**APROVADO** o Projeto de Lei nº 846/2019, de autoria do Poder Executivo (mensagem nº 20/2019), que Altera o art. 18 da Lei nº 5.628/2009 para modificar a forma de gestão da câmara de compensação tarifária e revoga o §3º do art. 5º da lei nº 4.291/2004, e dá outras providências, pelas Comissões de: Constituição e Justiça, Transportes, Economia, e de Orçamento, na ocasião foram apresentadas 18 emendas. As emendas foram apreciadas na sessão plenária do dia 03/07/19. Resultado: aprovado o substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, a saber: favorável às emendas 04, 06, 07, 08 e 09; favorável com subemenda à emenda 14; favorável com subemenda aglutinativa às emendas 01 e 11; 02, 05 e 10; 03 e 17; contrário às demais emendas, concluindo por substitutivo. O substitutivo o aprovado vai a autógrafo.

Texto encaminhado a autógrafo - prazo para sanção/veto: 29/07/19

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/e6fe65d89e1c73988325842d0076058a?OpenDocument>

Sessão Ordinária: 15:00

**APROVADA** a REDAÇÃO FINAL do Projeto de Lei nº 365/2019, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei do orçamento anual de 2020 e dá outras providências”. **Vai a autógrafo.**

Texto da redação final:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/16b2df22ff2ca04f8325842b00768ac7?OpenDocument&Highlight=0,365%2F2019>

## **1ª DISCUSSÃO**

**APROVADO** o Projeto de Lei nº 2272/2016, de autoria do deputado André Ceciliano, que dispõe sobre peso líquido drenado nos produtos embalados com acréscimo de líquido para conservação e do pescado congelado, com emenda da CCJ. O PL vai à redação do vencido para segunda discussão.

Link para acessar o parecer da CCJ, com emenda

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/0a284fe3b5000c9583258074006083b4?OpenDocument>

⇒ SINOPSE DIÁRIO OFICIAL - PARTE I:

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

### AGORA É LEI: PROMULGAÇÃO

#### **LEI Nº 8.424, DE 01 DE JULHO DE 2019**

Oriunda do PL 09/19

Autor: deputado Rosenverg Reis

Torna obrigatória a disponibilização de ar-condicionado nas Unidades De Pronto Atendimento (UPAS), hospitais públicos e privados no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

#### **LEI Nº 8.425, DE 01 DE JULHO DE 2019.**

Oriunda do PL 2421-A/2017

Autor: deputado Carlos Minc

Cria o programa estadual de cuidados paliativos no âmbito da saúde pública do estado do Rio de Janeiro.

#### **LEI Nº 8.428, DE 01 DE JULHO DE 2019.**

Oriunda do PL 2648-A/2017

Autor: deputada Martha Rocha

Dispõe sobre a vedação da desigualdade salarial, por motivo de sexo ou raça, nas empresas fornecedoras de produtos ou prestadoras de serviço ao estado do Rio de Janeiro, estabelece mecanismos de fiscalização e dá outras providências.

#### **LEI Nº 8.429, DE 01 DE JULHO DE 2019.**

Oriunda do PL 217/2011

Autor: deputado Samuel Malafaia

Dispõe sobre a obrigatoriedade dos postos de combustíveis possuírem dispositivo para captação de águas da chuva e dá outras providências.

#### **LEI 8.430, DE 01 DE JULHO DE 2019**

Oriunda do PL 3212-A/2017

Autores: deputados Gilberto Palmares, Luiz Paulo e Carlos Macedo

Altera a Lei 6.642/13, que obriga os estacionamentos destinados a guardar veículos a fiscalizarem a reserva de vagas monitoradas nos estabelecimentos privados, para as pessoas com deficiência, com dificuldade de locomoção e idosos, na forma que menciona.

**LEI Nº 8.432, DE 01 DE JULHO DE 2019.**

Oriunda do PL 117/2019

Autora: deputada Lucinha

Determina a colocação de compartimento auxiliar de bagagem nos modais de transporte ferroviário no estado do Rio de Janeiro.

**LEI Nº 8.438, DE 03 DE JULHO DE 2019.**

Oriunda do PL 2576-A/2013

Autora: deputada Myrian Rios

Dispõe sobre a realização da campanha de racionalização do uso de copos plásticos e de substituição de copos descartáveis no âmbito dos órgãos públicos estaduais e dá outras providências.

**LEI Nº 8.444, DE 03 DE JULHO DE 2019.**

Oriunda do PL 2838/2017

Autora: deputada Zeidan Lula

Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação ao consumidor do fim do prazo de descontos ou vantagens temporárias oferecidas por fornecedores de produtos ou serviços.

**LEI Nº 8.445, DE 03 DE JULHO DE 2019.**

Oriunda do PL 4187/2018

Autor: deputado Luiz Paulo

Dispõe sobre a exigência de metas fiscais orçamentárias anuais de desempenho para a avaliação dos programas de incentivos fiscais e financeiros fiscais no âmbito do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências

## **ATOS DO PODER EXECUTIVO**

**Decreto nº 46.687 de 03 de julho de 2019**

Institui e regulamenta a política básica de manutenção no âmbito do Poder Executivo do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

## **SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**

### **Superintendência de Fiscalização**

#### **PORTARIA SUFIS N° 654 DE 28 DE JUNHO DE 2019**

Autoriza a continuidade das ações fiscais de contribuintes de auditoria fiscal diversa de sua lotação atual.

#### **PORTARIA SUFIS N° 655 DE 28 DE JUNHO DE 2019**

Altera a Portaria SUFIS nº 634/2019, e dá outras providências.

#### **Subsecretaria da Receita**

#### **PARECER NORMATIVO N° 03 DE 27 DE JUNHO DE 2019**

Dá publicidade ao entendimento de que não é considerado como industrialização as operações descritas no Parecer Normativo COSIT nº 19/2013 da receita federal do Brasil.

#### **Subsecretaria de Estado de Receita Superintendência de Tributação**

#### **PORTARIA SUT N° 238 DE 28 DE JUNHO DE 2019**

Fornecer dados para o cálculo do ICMS nas operações interestaduais com café cru, no período de 1º a 7 de julho de 2019.

#### **Diretoria Geral**

#### **Instrução Normativa SEFAZ/DGAF nº 209 de 25 de julho de 2019**

Estabelece os procedimentos para as atividades de protocolo na Secretaria de Estado de Fazenda.

#### **SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA**

#### **RESOLUÇÃO SEAP N° 774 DE 26 DE JUNHO DE 2019**

Normatiza as rotinas administrativas para os casos de óbito de internos ocorridos no âmbito das unidades prisionais e hospitalares da secretaria de estado de administração penitenciária do RJ - SEAP/RJ e em hospitais da rede pública e/ ou particulares.

#### **SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, EMPREGO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

#### **PORTARIA CODIN N° 005/2019 DE 04 DE JULHO DE 2019**

Estabelece a obrigatoriedade de instituição do programa de integridade a todas as sociedades empresárias que protocolizarem carta consulta nesta companhia.

## REQUERIMENTO Nº 84/2019 - DEFERIDO

Requer a constituição de Comissão Especial em defesa dos royalties do petróleo no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

Autor: Deputado Dr. Serginho

## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 50/2019

Requer informações a secretaria de estado de infraestrutura e obras.

Autor: Deputado Vandro Família

## DESARQUIVAMENTO DE PROJETOS DE LEI, A SABER:

### DEFERIDO

#### → Requerido Pelo Deputado Waldeck Carneiro (Autor)

- **4262/2018** - obriga os estabelecimentos comerciais no âmbito do estado do Rio de Janeiro a disponibilizar copos descartáveis, de cor predominantemente azul, com a inscrição "zero açúcar" para utilização em máquinas de refrigerantes.
- **1488/2016** - dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de redes de infraestrutura subterrânea nos projetos arquitetônicos dos prédios públicos pertencentes ao estado do Rio de Janeiro.

#### → Requerido pelo Deputado Marcio Pacheco (Autora dos PL ex-deputada Márcia Jeovani)

- **3831/2018** - institui a política estadual de prevenção social à criminalidade
- **2623/2017** - modifica a lei nº 6.979/2015, que dispõe sobre o tratamento tributário especial de caráter regional aplicado a estabelecimentos industriais do estado do Rio de Janeiro.
- **3662/2017** - dispõe sobre a criação do guia de informação dos serviços relativos a saúde da mulher e do homem na rede pública e privada de saúde do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

- **3211/2017** - dispõe sobre a afixação de placas informativas sobre a adoção de nascituro nas unidades de saúde da rede pública e privada.

→ [Requerido pelo Deputado André Ceciliano \(Autor dos PL ex-deputado Dr. Julianelli\)](#)

- **2938/2017** - dispõe sobre a doação de medicamentos por indústrias farmacêuticas no âmbito do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências
- **2939/2017** - altera a lei nº 1954 de 1992 que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais - para realização de projetos culturais e dá outras providências
- **3337/2017** - dispõe sobre informações relativas ao prazo de validade dos produtos oferecidos aos consumidores no estado do Rio de Janeiro.
- **3378/2017** - institui o selo lugar amigo do peito no estado do Rio de Janeiro na forma que menciona.
- **3379/2017** - altera a lei nº 5100 de 04 de outubro de 2007, definindo critério para utilização de recursos de conservação ambiental, e dá outras providências.
- **3514/2017** - dispõe sobre a afixação de cartazes em delegacias, cartórios, presídios, centros de referência de assistência social (CRAS) e hospitais informando sobre a possibilidade de registro civil de filhos de detentos, de forma extrajudicial.
- **3363/2015** - autoriza o poder executivo estadual a firmar cooperação técnica e financeira com as prefeituras fluminenses com vistas a promover o financiamento dos Programas Municipais de Coleta Seletiva (PMCS), prioritariamente através da participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores (as) de materiais reutilizáveis ou recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.
- **3699/2017** - altera a lei nº 4247, de 16 de dezembro de 2003, dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

- **1511/2016** - dispõe sobre a utilização de areia/brita corrida provenientes do processamento de resíduos de construção civil para construção e conservação das estradas e cobertura de aterros sanitários licenciados.
- **2758/2017** - obriga as centrais de atendimento ao consumidor, utilizador do prefixo 0800, a receber chamada originada de telefone móvel.
- **2759/2017** - cria o Selo Schumpeter para atestar a origem e a qualidade de produtos e serviços oriundos da economia criativa.

### ALERJ BATE RECORDE DE PROJETOS APRESENTADOS E NOVAS LEIS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2019

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) bateu recorde de projetos e leis em vigor no primeiro semestre de 2019. O balanço da produção legislativa apresenta números que dão a exata dimensão do fluxo de trabalho da Casa ao longo desse período: foram 1.313 propostas apresentadas - dentre elas 892 projetos de lei -, o que representa um aumento de 67% em relação ao mesmo período de 2015. Destacam-se também 150 novas leis implementadas no estado, o equivalente a 80% a mais do que o início da legislatura anterior.

Entre as principais leis que entraram em vigor no período estão as seguintes: Lei 8445/19, que estabelece metas para concessão e ampliação de benefícios fiscais; Lei 8382/2019, que permite a convocação de mulheres que passaram em concurso público para as polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros nas vagas remanescentes dos homens; Lei 8428/19, que proíbe a desigualdade salarial por sexo ou raça nas prestadores do estado; e Lei 8422/19, que cancela o tombamento da casa de shows Canecão para que o equipamento cultural seja devolvido à população.

Além disso, sete CPIs funcionaram ao mesmo tempo: Gás, Crise Fiscal, Feminicídio, Energia Elétrica, Hidrômetros, Hospital da Mulher e Rio previdência. Vale citar ainda o intenso trabalho realizado pelas comissões permanentes, especiais e de representação, bem como pelas frentes parlamentares criadas.

Presidente da Alerj, o deputado André Ceciliano (PT) falou sobre a importância dessa atuação quantitativa e qualitativa da Casa. “Os números refletem o trabalho que realizamos, quer seja nas CPIs em funcionamento, nas comissões permanentes, audiências públicas internas e externas. O Parlamento está de parabéns”, ressaltou ele, agradecendo a todos os deputados e servidores pelos índices alcançados, na última quarta-feira, quando encerrou os trabalhos do plenário.

#### Recursos devolvidos ao Estado

A produtividade da Alerj no período não se resume à atuação legislativa. Por meio de uma gestão financeira austera, a Casa conseguiu economizar e devolveu R\$ 150 milhões ao Governo para investimentos em Segurança Pública, possibilitando a convocação de três mil policiais concursados, 216 papiloscopistas, 200 oficiais de cartórios, aquisição de 30 caveirões compactos, doação de 40 veículos à Polícia Civil e aos Bombeiros, entre outros.

“A Assembleia está fazendo o dever de casa, economizando, não abrindo mão dos seus deveres que são legislar e fiscalizar. Este semestre foi muito positivo. Neste ano, a Alerj vai economizar em torno de 400 milhões de reais, e já estamos ajudando com a contratação de novos policiais militares e civis. Firmamos também parceria na área da polícia técnica, do IML. No setor da saúde, vamos devolver recursos para investimentos que permitirão zerar a fila de transplantes de córnea, rins e fígado. Faremos ainda um projeto específico voltado à área de Educação”, comentou Ceciliano.

Está sendo implementada também a modernização do processo administrativo, através da descentralização orçamentária, que não significa despesas a mais, e sim a otimização dos gastos por gabinetes, a exemplo do que já ocorre na Câmara Federal. Outras ações nesse sentido são a implantação do pregão eletrônico, finalização da obra da nova sede, e transparência com mais dados sobre a atividade parlamentar e frequência dos deputados publicadas no portal da Alerj, além da conclusão do Legislaqui, sistema desenvolvido pela Casa que permitirá ampliar a participação popular, com sugestões de projetos pelos cidadãos do estado.

Na parte cultural, o Palácio Tiradentes completou 93 anos e ganhou nova iluminação na fachada e no seu entorno, a custo zero para a Casa. As visitas guiadas se intensificaram, e o quase centenário prédio está sendo mais uma vez cenário de gravação de uma minissérie de televisão.

O Fórum Permanente de Desenvolvimento realizou 21 reuniões das oito Câmaras Setoriais e 13 eventos que mobilizaram mais de 1.500 técnicos, secretários municipais e estaduais, prefeitos e a sociedade.

No que se refere à Comunicação Social, foram implementadas novas ferramentas de divulgação do trabalho legislativo: criação do Whatsapp institucional da Alerj, Correio da Alerj, Hoje na Alerj, com resumo das atividades parlamentares.

Vale ressaltar, ainda, que durante o mês de julho algumas CPIs como a do Gás e a da Crise Fiscal têm audiências marcadas, e a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) fará duas reuniões extraordinárias nos dias 30 e 31, de seis horas de duração cada. E a área administrativa da Alerj permanece em pleno funcionamento.

Retirado do site da ALERJ

---

**Informe Legislativo Estadual** – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerencia Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior e Tatiane Abranche. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: [Isaura@firjan.org.br](mailto:Isaura@firjan.org.br). Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo do Município do Rio de Janeiro.